

---

## “Sou gay e o movimento LGBTQI+ não me representa”: mapeando a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil

*« Je suis gay et le mouvement LGBTQI+ ne me représente pas » : une cartographie de l'émergence d'un activisme gay de droite au Brésil*

*“I am gay, and the LGBTQI+ movement does not represent me”: mapping the emergence of right-wing gay activism in Brazil*

Rodrigo Cruz

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/cal/13879>

ISSN: 2268-4247

### Tradução(ões):

"I am gay, and the LGBTQI+ movement does not represent me": Mapping the emergence of right-wing gay activism in Brazil<sup>1</sup> - URL : <https://journals.openedition.org/cal/14433> [en]

### Editora

Institut des hautes études de l'Amérique latine

### Edição impressa

Data de publicação: 31 dezembro 2021

Paginação: 43-66

ISBN: 978-2-37154-153-5

ISSN: 1141-7161

Este documento é oferecido por Campus Condorcet



### Refêrencia eletrónica

Rodrigo Cruz, «“Sou gay e o movimento LGBTQI+ não me representa”: mapeando a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil», *Cahiers des Amériques latines* [Online], 98 | 2021, posto online no dia 10 outubro 2022, consultado o 14 outubro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/cal/13879>

---



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC-ND 4.0

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Rodrigo Cruz \*

## **“Sou gay e o movimento LGBTQI+ não me representa”**

**Mapeando a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil<sup>1</sup>**

**B**rasília, 17 de junho de 2008. Plenário principal da Câmara dos Deputados. Sessão ordinária. O então deputado federal Clodovil Hernandez, membro do Partido da República (PR), acede à tribuna para realizar um pronunciamento. Critica os colegas de parlamento que atuam unicamente em defesa de seus próprios interesses. Cita Jean Genet, Henry David Thoreau e Machado de Assis. Fala em Deus, Mozart e Leonardo da Vinci e termina com uma citação de Lord Byron: “[...] Ao homem não amo tanto/ porém muito à natureza”. Em seguida, o então deputado federal Jair Bolsonaro, do Partido Progressista (PP), pede a palavra, dirigindo-se a Clodovil: “Se o Parlamento tivesse a pureza de alma que Vossa Excelência tem, o Brasil estaria muito melhor. Eu não queria deixar passar em branco o posicionamento de Vossa Excelência, de que há certa discriminação, sim, (por parte de alguns deputados) em apartear-lo. Alguns têm vergonha ou simplesmente fazem algumas piadinhas, mas eu respeito a sua pureza, a sua inocência. Sou diferente de Vossa Excelência em muita coisa, mas na pureza, confesso, de vez em quando, penso como Vossa Excelência”. Clodovil então agradece a Bolsonaro: “[...] lhe quero muito bem pela delicadeza”.<sup>2</sup>

\* Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

1. O artigo inclui trechos da pesquisa de doutoramento do autor, realizada com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT). O texto final deve ser defendido no inverno de 2023.
2. Transcrição da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados de 17 de junho de 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. O trecho citado neste artigo foi encontrado graças à reportagem “Gay de direita, Clodovil é lembrado por polêmicas no Plenário”, assinada pelo jornalista Danilo Thomaz e publicada na *Revista Época*, em 18 de junho de 2018.

O que na ocasião parecia um diálogo trivial entre dois parlamentares, revela-se um documento repleto de sutilezas quando analisado em perspectiva histórica. De um lado, Clodovil Hernandez, o primeiro homossexual assumido a ser eleito para a Câmara dos Deputados, conhecido por suas declarações controversas e uma longa carreira de estilista e apresentador de tevê. Do outro, Jair Bolsonaro, militar da reserva, no exercício de seu quinto mandato consecutivo, mas ainda distante da agenda antigênero e das declarações “politicamente incorretas” sobre mulheres, negros e homossexuais que ajudaram a catapultar sua carreira política a partir de 2011. O apreço do atual Presidente da República por seu antigo colega de parlamento era mais do que justificado. Embora tenha sofrido perseguições à época do regime militar (1964-1985) devido ao seu comportamento considerado afeminado [Quinalha, 2017], Clodovil buscou manter distância dos movimentos LGBTQI+ nas décadas seguintes.<sup>3</sup> Posicionava-se contra o casamento igualitário, condenava as paradas do orgulho e afirmava categoricamente não ter “orgulho nenhum de ser gay”.<sup>4</sup> Faleceu em 2009 em consequência de um acidente vascular cerebral, sem nunca ter completado o mandato como parlamentar. O único projeto de sua autoria relacionado aos direitos LGBTQI+, que propunha regulamentar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, sequer chegou a ser debatido pela Câmara dos Deputados.<sup>5</sup>

O legado político de Clodovil permaneceu relativamente esquecido até que, nos últimos anos, passou a ser reivindicado nas redes sociais *online* por ativistas que se identificam, simultaneamente, como homossexuais e “de direita”.<sup>6</sup> Tal como

3. Embora o movimento brasileiro ainda utilize oficialmente a sigla LGBT (lésbicas, gays bissexuais, travestis e transexuais), adotada em 2008 como resolução da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Brasília, este artigo utilizará a sigla LGBTQI+ de modo a adequar-se à proposta temática do presente dossiê. O artigo procura, sempre que possível, fazer referência ao movimento no plural (“os movimentos LGBTQI+”), de modo a enfatizar a pluralidade de identidades, estilos de ativismo, indivíduos e organizações que o compõem.
4. “Clodovil diz não ter orgulho de ser gay”, Política, *O Estado de São Paulo*, 22 de março de 2007 [acessado em 25 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,clodovil-diz-nao-ter-orgulho-de-ser-gay,20070322p28397>
5. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=346155>
6. Ao longo do texto, termos como “de direita” ou “gays de direita” são apresentados entre aspas, a fim de indicar o modo como os próprios atores se definem ou como têm sido nomeados pelos meios de comunicação. Da mesma forma, o artigo toma os termos “liberal” e “conservador” como categorias êmicas, ou seja, assume-se a autodefinição política dos atores. Busca-se, desta forma, explicitar o modo como essas categorias são mobilizadas pelos ativistas nas diferentes arenas analisadas e como estes últimos as articulam com suas identidades sexuais. Ao mencionar as direitas políticas e suas organizações, movimentos e partidos, utiliza-se preferencialmente os termos “o campo político da direita”, “direitas” no plural ou “à direita”. Esta estratégia busca dar conta da pluralidade de atores que compõem esse campo político (ex.: liberais, conservadores, intervencionistas, “lava jatinistas”), distinguir o posicionamento adotado por determinados setores num dado momento do processo político (ex.: “a oposição à direita do governo Dilma Rousseff”), além de evitar categorizações estanques. Longe de rejeitar a validade analítica da diáde direita e esquerda, o que se pretende é conferir maior profundidade à análise de um processo dinâmico, carregado de particularidades e, por vezes, contraditório.



o falecido deputado, eles rejeitam total ou parcialmente as ideias do movimento LGBTQI+. Na tentativa de “romper o armário político”, desafiar estereótipos e contrapor o suposto monopólio da esquerda e dos movimentos LGBTQI+ em torno dos debates sobre gênero e sexualidade, eles criaram páginas e grupos de discussão nas redes sociais *online*. Em pouco tempo, tornaram-se figuras recorrentes nos meios de comunicação social, saíram às ruas e lançaram candidatos aos parlamentos municipais e estaduais, elegendo representantes em 2016, 2018 e 2020.

A literatura internacional tem abordado experiências de ativismo LGBTQI+ em movimentos liberais, conservadores ou de extrema-direita há mais de duas décadas [Rogers & Lott, 1997; Duggan, 2002; Cimino, 2007; Chouinard, 2015; Durand, 2018; Wielowiejski, 2020]. Estes estudos têm assinalado uma diversidade de lógicas de mobilização que estariam relacionadas ao engajamento de pessoas autodeclaradas LGBTQI+ nestes movimentos: o acesso cada vez mais comum a instituições sociais como o casamento, o livre mercado e o patriotismo [Duggan, 2002], o pertencimento às classes dominantes, a filiação ao cristianismo e a identidade racial [Rogers & Lott, 1997; Cimino, 2007; Chouinard, 2015], a oposição ao “meio” e ao “militantismo” LGBTQI+ por meio da adoção do discurso antigênero [Durand, 2018; Wielowiejski, 2020] e a incorporação de uma retórica anti-imigração que contrapõe um Oriente supostamente “homofóbico” e “retrógrado” ao ideal de um Ocidente “avançado” e “tolerante” em relação à homossexualidade [Wielowiejski, 2020].

No Brasil, embora os setoriais e as candidaturas LGBTQI+ em partidos de centro e de direita tenham se tornado um fenômeno recorrente a partir dos anos 2000, o tema permanece pouco explorado pela literatura política e sociológica. As poucas referências disponíveis consistem em trechos dos trabalhos de Barbosa e Silva [1958], Cruz [2015], Santos [2016] e Daniliauskas [2017]. O recente estudo realizado por Cruz [2020] aproximou-se dessa agenda de pesquisa ao abordar a fundação, em 2006, do setorial de diversidade sexual do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Diversidade Tucana. Os membros desse grupo, no entanto, rejeitavam a reputação de “direita” ou de “conservador” imputada por outros ativistas LGBTQI+ e militantes de esquerda, dedicando-se a combater o que percebiam na época como a “partidarização do movimento” e sua suposta cooptação pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Este artigo busca mapear a emergência de um ativismo homossexual alinhado com o campo político da direita no Brasil, a partir de 2013, quando surgem nas redes sociais *online*, especialmente no Facebook, iniciativas baseadas em uma identidade gay orgulhosamente “de direita”. Este ativismo difere-se de outras experiências anteriormente observadas no contexto brasileiro ao promover uma associação explícita entre identidade gay e pertencimento à direita, ora se opondo, ora se apresentando como alternativa política aos movimentos LGBTQI+. O argumento principal é de que esta associação se tornou possível graças ao

contexto de oportunidades políticas favoráveis à mobilização de movimentos situados à direita do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos seguintes ao ciclo de protestos de junho de 2013. Ao distanciar-se dos contextos anteriormente abordados pela literatura, o caso brasileiro oferece a oportunidade de se pensar o fenômeno a partir da realidade latino-americana, marcada pelo declínio dos chamados “governos progressistas” dos anos 2000.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira delas apresenta a metodologia utilizada. A segunda analisa as variáveis do ambiente político e cultural pós-2013 que favoreceram o engajamento político de indivíduos assumidamente homossexuais no campo da direita. A terceira busca reconstruir a emergência deste tipo de ativismo nas redes sociais *online*, observando de que modo os ativistas se apresentam à opinião pública. A quarta e última parte explora a visibilidade por eles alcançada nos meios de comunicação social, discutindo o modo como são representados na arena midiática. A conclusão procura identificar os diferentes estilos de ativismo que parecem emergir deste processo e apresenta algumas breves reflexões sobre os desafios que o fenômeno representa para a continuidade da luta pelos direitos LGBTQI+ no Brasil.

## Notas metodológicas

No intuito de compreender o processo de constituição destes ativismos na cena pública, a pesquisa adotou uma perspectiva longitudinal. O período analisado vai de junho de 2013, quando surgiram as primeiras páginas dedicadas ao tema na Internet, até 2020, quando algumas dessas iniciativas começaram a ganhar uma contraparte *offline*.<sup>7</sup> A reconstrução desta trajetória foi feita a partir de uma triangulação de dados empíricos, que incluiu notícias publicadas nos principais *sites* de notícias brasileiros, dados recolhidos a partir de uma etnografia *online* [Hine, 2015] e entrevistas semiestruturadas com ativistas ligados aos referidos grupos.

Em relação às notícias, foram encontrados 63 registros dedicados ao tema ao longo do período analisado (2013–2020).<sup>8</sup> Para a elaboração deste artigo, foi constituído um *corpus* de análise menor, com notícias publicadas em quatro veículos de abrangência nacional, os quais se distinguiram pelo volume de notícias publicadas (n=25) e pelo destaque conferido ao tema. Estes veículos representam dois diferentes segmentos da imprensa: a *Folha de S.Paulo/UOL* e o *Grupo Globo/Revista Época*, dois órgãos de imprensa originalmente brasileiros, e o *El País*

7. Para efeito de contextualização, foram retomados fatos e personagens políticos anteriores ao período em análise, como o deputado federal Clodovil Hernandes, falecido em 2008.

8. Foram selecionados notícias, entrevistas e artigos de opinião que se referiam a um ou mais indivíduos identificados como LGBTQI+ “de direita” ou que versavam sobre esta temática no período histórico analisado.



*Brasil* e a *BBC Brasil*, que são versões em língua portuguesa de dois veículos internacionais com escritórios no Brasil.<sup>9</sup>

A etnografia *online* foi realizada entre 2018 e 2020. O foco recaiu sobre duas redes sociais *online*: o Facebook, que abrigou as primeiras páginas dedicadas ao público “gay de direita” a partir de 2013, e o Instagram, que passou a atrair parte significativa deste público a partir de 2018. A imersão neste ambiente permitiu identificar páginas, grupos e atores-chave deste universo, além de favorecer o contato com os ativistas que foram posteriormente entrevistados.

Do total de 18 entrevistas realizadas ao longo da investigação, cinco foram mobilizadas para a elaboração deste artigo: uma com o deputado estadual Douglas Garcia (membro do grupo Movimento Conservador e do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, de São Paulo), uma com um dos moderadores da página “Gay de Direita” (Facebook), duas com membros do grupo “Gays com Bolsonaro” (Instagram) e uma com um dos moderadores da página “Boteco Liberal LGBT” (Facebook).<sup>10</sup>

## Oportunidades e restrições políticas

Nos últimos anos, o confronto político em torno dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais e mais (LGBTQI+) conquistou grande projeção na sociedade brasileira. De um lado, conquistas jurídicas importantes como o reconhecimento legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011 [Santos e Melo, 2018], a expressiva mobilização de novas gerações de ativistas na esfera discursiva da Internet e o advento de novas representações da homossexualidade, bissexualidade e da transgeneridade nos meios de comunicação social; de outro, o recrudescimento da oposição aos direitos LGBTQI+, com a emergência de mobilizações contrárias à chamada “ideologia de gênero” [Facchini & Rodrigues, 2017], o aumento dos

9. A edição em português do jornal *El País* anunciou o fim de suas atividades no Brasil em 14 de dezembro de 2021.

10. Os entrevistados foram selecionados de modo a garantir a diversidade da amostra (idade, local de atuação, papel desempenhado no grupo, filiação a partidos ou movimentos à direita). Eles são líderes (moderadores) ou membros regulares dos grupos *online* que funcionam como base de discussão política para a produção de conteúdos publicados nas *fanpages* do Facebook ou páginas do Instagram. São indivíduos do gênero masculino (cis e transgêneros) que se identificam como homossexuais, bissexuais ou assexuais. Eles vivem em diferentes regiões do Brasil e possuem, em sua maioria, experiência prévia ou paralela em outros grupos, movimentos ou partidos associados à direita política. As entrevistas foram concedidas mediante consentimento informado, geralmente sob a condição de anonimato. O deputado estadual Douglas Garcia, por sua vez, foi selecionado para entrevista devido à projeção alcançada após a revelação pública de sua orientação sexual, em abril de 2019. Desde então, seu nome tornou-se uma referência política nos meios LGBTQI+ de orientação conservadora na Internet. A entrevista com o deputado foi concedida mediante consentimento informado e sem acordo de confidencialidade.

índices de violência e assassinatos com motivação discriminatória<sup>11</sup> e a multiplicação, no Congresso Nacional, de propostas legislativas que visam suspender “resoluções, portarias e quaisquer outros atos normativos expedidos por órgãos judiciários e executivos ou por associações profissionais que promovam os direitos desta população” [Santos & Melo, 2018, p. 1].

Esta dupla visibilidade tem a ver com mudanças ocorridas no ambiente político a partir de 2003. Com a chegada ao poder de um partido de centro-esquerda historicamente aliado da causa LGBTQI+, o Partido dos Trabalhadores (PT), ampliaram-se significativamente as oportunidades de participação política institucional do movimento na gestão pública federal. Se, por um lado, o governo de Luís Inácio Lula da Silva implementou políticas públicas pioneiras como o “Programa Brasil Sem Homofobia” [Irineu, 2014], por outro, também contribuiu para fortalecer a oposição aos direitos LGBTQI+ no Parlamento, ao estabelecer alianças eleitorais com setores dominantes, entre os quais representantes de diversas denominações religiosas, com algum protagonismo da Frente Parlamentar Evangélica (Mazzilli Pereira, 2018). Essa política ambivalente começou a dar sinais de fraqueza no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), quando os setores religiosos aliados ao PT ganharam maior peso na coalização eleitoral responsável por eleger a presidenta.<sup>12</sup> Em troca de apoio no Parlamento, passaram a pressionar o Executivo para que fossem bloqueadas quaisquer iniciativas favoráveis ao reconhecimento dos direitos LGBTQI+. Foi assim que, em 2011, Rousseff optou por revogar o projeto “Escola sem Homofobia”, que consistia na distribuição de um material educativo destinado a combater a discriminação entre estudantes do ensino público. Deste mesmo episódio, emergiu na cena pública um parlamentar carioca até então pouco expressivo nacionalmente, o militar da reserva Jair Bolsonaro (à época membro do Partido Progressista), um dos responsáveis por conferir ao referido projeto a alcunha de “kit gay”.

Com o ciclo de protestos de junho de 2013, aprofundaram-se as tensões internas à coalizão governamental liderada por Rousseff e pelo PT. Inicialmente, os manifestantes, em sua maioria jovens estudantes, foram às ruas contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. Com a massificação do protesto, entraram em cena outros movimentos e setores sociais, que trouxeram pautas

11. Como não existem dados oficiais sobre a violência contra a população LGBTQI+ no Brasil, esta afirmação considera os dados divulgados pelo “Relatório Anual de Morte de LGBTI+” da ONG Grupo Gay da Bahia (GGB). Este levantamento é realizado há quatro décadas com base em notícias divulgadas na imprensa brasileira e contabiliza apenas homicídios e suicídios. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

12. Embora o uso do substantivo “presidente” na forma flexionada (para adequar-se ao gênero feminino) tenha sido objeto de divergência entre gramáticos, jornalistas e opinião pública ao longo dos governos de Dilma Rousseff, o VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa), editado em conjunto pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, considera corretas ambas as formas (presidente e presidenta). Este artigo opta pelo uso da forma flexionada.



como a degradação das condições de vida nos grandes centros urbanos, o combate à corrupção e o volumoso investimento público na realização de “megaeventos” como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos [Singer, 2013; Winters & Weitz-Shapiro, 2014; Alonso & Mische, 2016]. Este ambiente de instabilidade foi reforçado pelas recorrentes denúncias de corrupção envolvendo membros do governo do PT, especialmente após julho de 2013, quando teve início uma nova operação da Polícia Federal destinada a investigar crimes de corrupção, a “Lava Jato”. Esta operação recebeu ampla cobertura midiática, estimulando um espírito de “faxina ética” por parte da imprensa e da opinião pública [Alonso, 2017, p. 53-54]. Kunrath [2018] observa que a conflitualidade que emergiu deste processo provocou abalos profundos na sociedade brasileira. Como resultado, “padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política” [Alonso, 2017, p. 53].

Em outubro de 2014, a reeleição de Rousseff sinalizou uma nova oportunidade de mobilização para grupos de oposição à esquerda e à direita do governo, com maior destaque para os últimos, que convocaram, ainda em 2014, as primeiras manifestações contra a corrupção e pelo impeachment da presidenta [Alonso, 2017, p. 54]. Em 2015, com a iminência de uma grave recessão econômica, Dilma viu sua popularidade despencar. Teve início um novo ciclo de protestos que duraria quase dois anos, reunindo “principalmente as classes médias e altas”, que responderam à convocação de organizações criadas especialmente para intervir nesta conjuntura [Tatagiba, 2018, p. 115]. Os manifestantes foram às ruas vestindo as cores da bandeira nacional, bradando contra as políticas de combate à pobreza implementadas pelos governos petistas e levantando a bandeira do Estado mínimo, da livre iniciativa e do livre mercado. No plano moral, investiram na reiteração de valores tradicionais como religião, pátria e família [Alonso, 2017] ampliando, nos anos seguintes, o alcance político da agenda antigênero.

No curto prazo, essas mobilizações abriram caminho para a abertura, em dezembro de 2015, do controverso processo de *impeachment* de Rousseff, que resultou na destituição formal da petista em agosto de 2016. Em médio prazo, tornaram possível a assunção pública, por parte de amplas camadas da sociedade brasileira, de uma identidade política orgulhosamente “de direita”, fenômeno que não se observava desde o final do regime militar, em 1985. Em outras palavras, a outrora “direita envergonhada” [Machado & Tarouco, 2010] retomou o gosto pelos repertórios de protesto [Tatagiba, 2018] e o fez sem medo de ser associada ao passado autoritário do regime militar. Em vários momentos, esse legado foi inclusive reivindicado por setores presentes nas manifestações.

Nesse contexto, ganharam projeção na cena pública ativistas que se identificavam simultaneamente como homossexuais e “de direita”. Diferentemente do perfil caucasiano, abastado e escolarizado, observado na literatura

anglo-saxônica sobre o tema [Cimino, 2007], esses ativistas destacaram-se pelo perfil predominantemente jovem, masculino e com origens nos estratos sociais menos favorecidos. Em comum, uma forte retórica anti-esquerda, pró-capitalista e contrária aos movimentos de minorias políticas, que busca rejeitar e/ou rivalizar (com) os movimentos LGBTQI+.

Como parte de um processo político mais amplo, a crescente visibilidade deste novo tipo de ativismo encontrou incentivos materiais e simbólicos em um ambiente altamente favorável ao ativismo no campo da direita. Seis elementos do contexto político foram fundamentais para alterar a percepção destes ativistas acerca das oportunidades e restrições políticas [Tarrow, 2009] para o engajamento à direita. Em primeiro lugar, o descontentamento generalizado com os sucessivos governos do PT e com a esquerda, que também encontrou ressonância entre a população LGBTQI+. Embora tenham avançado na implementação de políticas públicas voltadas para a afirmação da diversidade sexual e de gênero, os governos de Lula e Dilma foram percebidos como pouco atuantes na pauta, dado que muitas das conquistas observadas no período foram obtidas por meio de decisões do Judiciário. Paralelamente, a relativa garantia de direitos (união civil, casamento e adoção) alterou a percepção política de setores dessa população, que passaram a interpretar o movimento LGBTQI+ como “vitimista esquerdista”, “barulhento” ou mesmo “inútil”.<sup>13</sup>

Em segundo lugar, o processo de renovação geracional dos quadros políticos do campo da direita, que passou a contar com a presença expressiva de jovens ativistas recrutados ao longo dos ciclos de protesto de 2013 e 2014/2015 e 2016. Esta nova geração identificava o PT como um partido do *status quo*, incapaz de responder às suas expectativas no tocante à qualidade de vida e consumo [Alonso & Mische, 2016]. Ao mesmo tempo, como reflexo de um longo e conflituoso processo de mudança de atitude em relação às identidades LGBTQI+ na sociedade brasileira, estes jovens mostraram-se mais abertos à presença de indivíduos assumidamente homossexuais em seus círculos ativistas, criando um ambiente favorável para o reenquadramento do debate de gênero e sexualidade a partir de um viés liberal e conservador. Diante da possibilidade de “sair do armário” sem cair no ostracismo político, jovens como o vereador da cidade de São Paulo, Fernando Holiday (à época, membro do MBL – Movimento Brasil Livre), assumiram sua orientação sexual publicamente,<sup>14</sup> desafiando a ideia de uma direita intolerante em relação à homossexualidade. Em pouco tempo, o *coming out* desses ativistas se reverteu em estratégia política para questionar tanto

13. Essa percepção é frequentemente relatada por ativistas por ocasião de entrevistas realizadas pelo autor, bem como em declarações concedidas pelos mesmos à imprensa.

14. Fernando Holiday, do Movimento Brasil Livre (MBL), começou a abordar publicamente sua homossexualidade em meados de 2016, quando ainda era pré-candidato ao cargo de vereador da cidade de São Paulo pelo DEM.



a representatividade dos movimentos LGBTQI+ quanto o suposto monopólio da esquerda em torno das política de identidade.

Em terceiro lugar, o engajamento prévio desses ativistas em espaços de discussão, produção e difusão de informação e propaganda política à direita na Internet. Este universo composto por centenas de grupos, páginas e canais hospedados em redes sociais online como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter forneceu os recursos simbólicos para o debate político e promoveu a conexão entre indivíduos geograficamente isolados. Esta experiência anterior inspirou a criação de espaços de discussão e acolhimento específicos para um público LGBTQI+ identificado com ideias e valores considerados liberais e/ou conservadores. Estes espaços permitiram aos ativistas imaginarem-se como parte de uma coletividade mais ampla, uma vez que essas discussões raramente encontravam ressonância nos movimentos e nos territórios de sociabilidade LGBTQI+ *offline* (bares, festas e grupos de amigos). Deste modo, o engajamento político significou, para muitos destes jovens, uma forma de romper com o isolamento social em relação aos pares.

Em quarto lugar, a circulação transnacional, nestas mesmas redes, de repertórios de ação e quadros interpretativos de orientação liberal e conservadora sobre as questões de gênero e sexualidade. A visibilidade alcançada por ativistas LGBTQI+ autodeclarados “de direita” como o britânico Milo Yiannopoulos, no Twitter, e a estadunidense Blaire White, no YouTube, além do sucesso de iniciativas *online* como o “Gays for Trump”, durante as eleições de 2016, serviram de inspiração para que ativistas brasileiros “saíssem do armário político”. Em alguns casos, lideranças brasileiras e estadunidenses teriam estabelecido contato direto por meio de redes sociais e aplicativos de mensagem, como no caso dos moderadores da página “Gays for Trump” e “Gays com Bolsonaro”.<sup>15</sup>

Em quinto lugar, a emergência do chamado discurso antigênero [Paternotte & Kuhar, 2018] na cena política brasileira, responsável por transformar o movimento LGBTQI+ em uma espécie de inimigo público da “família”, da “nação” e dos “valores cristãos”. Ao focalizar o seu combate na demonização do movimento LGBTQI+, as mobilizações antigênero ofereceram aos ativistas “gays de direita” os elementos discursivos necessários para uma cisão entre “militantes LGBTQI+” – supostamente interessados na deturpação dos valores morais dominantes – e indivíduos LGBTQI+ “normais” e “não militantes da causa”. Essa distinção é frequentemente agenciada por esses ativistas em suas aparições midiáticas, quando aproveitam a oportunidade para reforçar suas posições pró-família, antiaborto e contra a “ideologia de gênero”.

15. Informação concedida por ocasião de entrevista com um dos membros do grupo “Gays com Bolsonaro”.

Em último lugar, mas não menos relevante, a eleição do jornalista e professor universitário Jean Wyllys para a Câmara dos Deputados, em 2010 e 2014. Filiado a um partido de esquerda (o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade), Wyllys tornou-se o primeiro parlamentar assumidamente homossexual a defender a causa LGBTQI+ no Parlamento brasileiro. A associação de Wyllys a um partido socialista sinalizou uma ameaça para o público homossexual identificado com o campo político da direita. Constrangidos com a vinculação pública entre esquerda e representação LGBTQI+, eles resolveram mostrar que também havia gays “do outro lado”. Simultaneamente, a campanha de difamação moral à qual Wyllys foi submetido, por meio da difusão de notícias falsas (*fake news*) na Internet, contribuiu para desgastar a sua imagem enquanto legislador, transformando-o numa espécie de antítese de tudo aquilo que propunham os emergentes “gays de direita”.

### **“Gays de direita” na Internet**

Diversos estudos [Burris *et al.*, 2000; Caiani & Parenti, 2009, Caiani & Parenti, 2011] têm enfatizado que, em contextos nos quais movimentos à direita e suas ideias se tornaram marginais, a Internet tem contribuído para conectar simpatizantes, fomentar subculturas virtuais, recrutar novos membros e criar identidades coletivas. Os espaços de discussão *online* oferecem ainda a sensação de anonimato necessária para a atuação de grupos que agem na fronteira entre política legal e práticas ilegais [Fasanella & Grippo, 2009; Caiani & Parenti, 2011] como a intimidação de adversários, discursos de ódio e disseminação de notícias falaciosas. Eventualmente, o sucesso das mobilizações no ambiente *online* pode ser a chave para que estes grupos conquistem visibilidade e prestígio perante a opinião pública. Como demonstrou Rocha [2019], em seu estudo sobre a emergência de uma nova geração de grupos liberais no Brasil, os jovens ativistas responsáveis por convocar os protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff começaram a se mobilizar para “disputar hegemonia com os esquerdistas” [Rocha, 2019, p. 1] em fóruns de discussão *online* no antigo Orkut, no qual encontraram o apoio organizacional e financeiro de uma rede preexistente de organizações pró-mercado.

Os primeiros registros de uma conversação *online* sobre a identificação gay com as direitas no Brasil datam de meados de 2009, momento em que foi lançado um blog de autoria anônima intitulado “Gays de Direita”.<sup>16</sup> A primeira publicação, intitulada “Nossa primeira mensagem”, consistia em uma espécie de manifesto dos editores, autodeclarados membros de um grupo de “gays de direita”. O texto responsabilizava a influência da esquerda pela imagem “bizarra” e “perigosa” socialmente atribuída aos homossexuais. Lembrava que “governos de

---

16. O blog continua *online*, embora não seja atualizado desde outubro de 2018. Disponível em: <http://gaysdedireita.blogspot.com/>



esquerda ao redor do mundo mataram centenas de homossexuais ao longo de sua história” e afirmava que essa mesma esquerda utiliza os gays como “ferramenta de combate à moralidade” para alcançar seu projeto de dominação política. Ao final, o manifesto, buscava lançar as bases para um novo tipo de ativismo “melhor que a simples baderna sexual”:

“Não temos que dar as costas a Deus, ignorar nossas religiões e mudar quem somos. Não temos que obedecer a essas pessoas! Podemos impedir que a homossexualidade seja utilizada como ferramenta desumana, insuportável e odiosa. Não queremos destruir uma sociedade da qual fazemos parte” (*Blog Gays de Direita*, publicado em 10 de maio de 2009).

Em termos visuais, o blog se destacava pela simplicidade quase amadora. O *template* em tons de branco, bege e bordô contrastava com as imagens por vezes chocantes que ilustravam os artigos. No canto superior direito, um pôster de rechaço à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Logo abaixo, uma sequência animada mostrava imagens de rapazes com hematomas no rosto acompanhadas do lema “Gays armados nunca ficam machucados”. Ao clicar na montagem, o leitor era direcionado para um artigo sobre como adquirir uma arma de fogo em conformidade com a legislação vigente na época. As páginas recomendadas na barra lateral revelavam algumas das referências políticas dos editores: grupos de ativismo gay conservador como o Log Cabin Republicans estadunidense e o Gay Conservatives britânico, associações voltadas para o público LGBTQI+ católico e organizações políticas conservadoras nacionais e internacionais.

Entre 2009 e 2018, o blog publicou mais de uma centena de textos, entre originais e reproduções oriundas de sites de tendência liberal ou conservadora. Os artigos abordavam temas variados como a perseguição a homossexuais em regimes comunistas como Cuba e em países de maioria islâmica como o Irã, a relação entre homossexualidade e fé católica e teorias da conspiração como a suposta “estratégia gramsciana” do PT. Um número significativo de publicações destinava-se a atacar os movimentos LGBTQI+ e sua agenda política. “Nunca fui adepto de nenhum tipo de orgulho”, declara o autor anônimo de um dos artigos. A proposta legislativa voltada para a criminalização da homofobia, uma das principais reivindicações dos movimentos LGBTQI+ no final da década de 2000, era criticada por sua suposta ambiguidade jurídica. “Qual o critério para se determinar o que é realmente homofóbico?”, questionavam os editores. Na seção de comentários, a reação dos leitores ia da indignação à admiração. Um visitante autodeclarado heterossexual afirmou: “Fico feliz em saber que nem todo gay no Brasil é revolucionário”.

Embora tenha permanecido como uma página marginal no cenário político da época, o “Blog Gays de Direita” pode ser considerado uma iniciativa notável em vários sentidos. Em primeiro lugar, a associação entre uma identidade gay

não orgulhosa e a identificação orgulhosa com a direita difere-se da perspectiva observada nos grupos LGBTQI+ abrigados em partidos à direita e centro-direita na década de 2000. Estes grupos atuavam dentro dos marcos políticos do movimento (orgulho, visibilidade, direitos), com o intuito de consolidar a pauta LGBTQI+ no interior das agremiações. Em segundo lugar, o blog antecipa uma série de temas e preocupações que se tornariam centrais para este tipo de ativismo nos anos seguintes (a defesa do capitalismo, o sentimento anti-esquerda, a crítica sistemática aos movimentos LGBTQI+). E, por último, destaca-se o pioneirismo do ponto de vista estético: a predileção por imagens chocantes, fotografias pixelizadas, ilustrações com estética *kitsch* e linguagem disruptiva – esta última muito próxima do que Rocha e Medeiros [2020] denominaram “política do choque” – tornam este blog uma espécie de precursor das páginas de “gays de direita” que surgiriam nas redes sociais *online* a partir da década seguinte.

Um levantamento realizado no Facebook entre 2018 e 2020 identificou um conjunto de 24 *fanpages* voltadas para o público LGBTQI+ “de direita” entre páginas temáticas (como “Gay de Direita” ou “Gay de Direita, Gay Direito”) e perfis de figuras públicas como o do vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday. As primeiras páginas surgiram em 2013, mas se multiplicaram em dois momentos posteriores: em 2015, por ocasião dos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, e em 2018, na esteira da eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República.

Nesse levantamento, a página “Gay de Direita” (no singular) surge como a primeira *fanpage* hospedada no Facebook a trazer explicitamente a associação entre as categorias “gay” e “direita”. Criada em 29 de junho de 2013, na sequência do ciclo de protestos que tomou as ruas do país, esta página apresenta inúmeras semelhanças com o “Blog Gays de Direita”. Tal como neste último, a autoria dos conteúdos é inicialmente anônima. As publicações abordam todo tipo de assunto, com ênfase na defesa da família, da pátria e dos valores cristãos. A criação de leis específicas para a população LGBTQI+ é apontada como “uma nova forma de segregação”, ao passo que a esquerda é acusada de autoritarismo. A estética *kitsch* se faz presente por meio de memes políticos, geralmente compartilhados a partir de outras páginas conservadoras. Eles servem para ridicularizar adversários, como o ex-deputado federal Jean Wyllys e exaltar antigas referências, como o também ex-deputado Clodovil Hernandes.

No topo da página, as fotos de perfil prestam homenagem a lideranças do campo político da direita como Jair Bolsonaro e o venezuelano Juan Guaidó, mas o destaque é conferido a figuras abertamente LGBTQI+ como Alice Weidel, do partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD), e o ex-veterano Rob Smith, do Partido Republicano dos Estados Unidos. Nesse ambiente, uma das principais referências intelectuais é o autoproclamado filósofo brasileiro Olavo de Carvalho. Segundo um de seus moderadores, embora o uso da categoria



“gay” no título da *fanpage* remeta a uma certa segmentação identitária “típica da esquerda”, a página foi criada com o intuito de “mostrar para a sociedade que homossexuais podem ser de direita, podem ser conservadores, podem ser liberais, podem ser anarcocapitalistas [...], podem ser o que eles quiserem”.<sup>17</sup>

Se num primeiro momento, a maioria das *fanpages* reivindicava posicionamentos conservadores, a partir de 2015 surgem também páginas de perfil liberal, como o “Movimento Liberdade e Diversidade (MLD)” e o “Boteco Liberal LGBT”, esta última fundada em janeiro de 2018. Estas páginas defendem o livre mercado, o Estado mínimo e a liberdade de expressão, exaltando figuras do *métier* liberal como o empresário João Amoedo e o economista Milton Friedman. Os *memes* políticos também desempenham um papel de destaque. Eles criticam a suposta “ideologização” da causa LGBT, tanto pela esquerda quanto pela direita, ao mesmo tempo em que enquadram as questões relativas às liberdades individuais como pautas de origem liberal. Há ainda espaço para textos mais longos, que buscam desenvolver as posições políticas dos moderadores. Em um deles, propõe-se a distinção entre “movimento LGBTQI+” e “indivíduos LGBTQI+”, bem como o fim da associação entre orientação sexual e orientação política:

“É preciso parar de enxergar LGBTs apenas como movimento e enxergar os indivíduos. Precisamos parar de associar a orientação sexual ou identidade de gênero com viés partidário, a visão política de cada um nada tem a ver com sua orientação sexual. Não existe uma agenda a ser seguida a não ser a liberdade de pensamento livre amparada pela constituição brasileira” (*Boteco Liberal LGBT*, publicado em 20 de junho de 2020).

Percebe-se, ao longo das publicações, uma tentativa de fugir do binômio direita/esquerda, apresentando o liberalismo como uma espécie de “centro” político supostamente neutro. Segundo um dos moderadores da *fanpage*, a tentativa de escapar da polarização política está, de fato, no DNA do “Boteco Liberal LGBT”: “O Boteco foi criado justamente para abrigar essas pessoas moderadas, que dizem ‘*não, não gosto do Bolsonaro, não gosto do Lula [...] não gosto da esquerda, gosto de políticas que funcionam*’”.<sup>18</sup> Embora menos numerosas que as páginas conservadoras ( $n=19$ ), as páginas liberais ( $n=5$ ) costumam alcançar uma audiência mais ampla, quase sempre ultrapassando a marca dos 10 mil seguidores. As páginas conservadoras, por sua vez, costumam ficar abaixo dessa média.

Outro dado importante diz respeito aos grupos privados de discussão destinados ao público LGBTQI+ conservador ou liberal no Facebook. Embora menos numerosos (foram identificados pouco mais de cinco ao longo de dois anos de pesquisa), eles desempenham um papel importante na manutenção de

17. Informação concedida em entrevista com um dos moderadores da página “Gay de Direita”.

18. Informação concedida em entrevista com um dos moderadores da página “Boteco Liberal LGBT”.

*fanpages* como a “Gay de Direita”, ligada ao grupo de mesmo nome, e o “Boteco Liberal LGBT”, ligado ao grupo “Liberais LGBT”. Para ingressar nestes grupos, os participantes precisam ser indicados por um conhecido ou estar de acordo com uma extensa lista de exigências. O grupo privado “Gay de Direita”, por exemplo, costumava exigir que os novos integrantes estivessem de acordo com uma lista de pautas como a defesa do livre mercado, da polícia militar, do “homonacionalismo”,<sup>19</sup> da vida desde a concepção e da “família tradicional” (nuclear, monogâmica e heterossexual) como “modelo” a ser seguido.

O ambiente privado permite que moderadores e simpatizantes das páginas discutam temas variados, troquem informações e organizem o “trabalho militante” [Simões & Campos, 2016], que inclui a seleção dos conteúdos que serão compartilhados nas *fanpages* com o público mais amplo de seguidores. Nesse contexto, homens que se identificam como homossexuais são maioria, embora outras identidades estejam presentes, incluindo mulheres lésbicas, pessoas trans e intersexuais. Esses grupos reúnem participantes de todo o Brasil, aproximando ativistas antes geograficamente isolados uns dos outros. Em cidades como São Paulo e Fortaleza, essas conexões resultaram em reuniões presenciais para lazer e formação política, participação em protestos e até mesmo na criação de grupos formais de ativismo, como no caso do “Boteco Liberal LGBT”.<sup>20</sup>

Embora possua centralidade na estruturação de um ativismo gay à direita no Brasil, o Facebook não foi a única rede social na qual ativistas concentraram esforços para a difusão de suas ideias. Em menor grau e com objetivos diferentes, YouTube, Instagram e Twitter também abrigaram canais e páginas similares. Entre os anos de 2013 e 2019, o ativista conservador e assumidamente homossexual Smith Hays notabilizou-se no YouTube pela publicação de vídeos nos quais expunha opiniões controversas sobre temas como família, educação sexual nas escolas e “ideologia de gênero”. Em 2014, também no YouTube, o advogado paulista Tiago Pavinatto, fundador do Diversidade Tucana e membro do “MBL – Movimento Brasil Livre”, alcançou mais de 1 milhão de visualizações em uma semana com o vídeo intitulado “Porque os gays deveriam desconfiar de Jean Wyllys”. O vídeo tornou-se uma espécie de “clássico” nos meios virtuais à direita, sendo frequentemente mencionado como fonte de inspiração para assumir uma identidade política “de direita” por jovens ativistas homossexuais.

19. Embora o emprego do termo “homonacionalismo” por parte dos ativistas nas redes sociais *online* careça de enquadramento conceitual, podemos afirmar, após a realização das entrevistas, que sua utilização não compartilha a abordagem crítica proposta por Puar [2012] no livro *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. “Homonacionalismo”, neste caso específico, parece referir-se de forma generalista à adesão homossexual a um certo sentimento, posição ou movimento nacionalista.

20. Informações fornecidas por ativistas ao longo de entrevistas. A etnografia virtual que sustenta esta etapa do trabalho não contou com a observação de grupos fechados em nenhuma rede social.



A partir de 2018, quando o Facebook passou a intensificar o combate à disseminação de notícias falsas no Brasil, removendo uma centena de páginas e perfis ligados à direita, parte desse público começou a migrar para o Instagram. Embora pertença à mesma empresa, o Instagram possui uma política de moderação relativamente diferente, que pune o conteúdo sucessivas vezes antes de banir o usuário. Esta rede caracteriza-se pelo foco na publicação de fotos, vídeos e realização de transmissões ao vivo, sendo portanto mais expositiva do que dialógica. Nessa plataforma, surgiram páginas como a “GLS (gays, lésbicas e simpatizantes)”<sup>21</sup> à direita” e “Gays com Bolsonaro”, esta última ancorada por um “grupo WhatsApp” com cerca de 50 participantes, que deu origem, em 2020, a um movimento homônimo com membros em vários estados do Brasil.

## “Gays de Direita” na imprensa

Após terem conquistado prestígio e visibilidade nas redes sociais *online* graças ao expressivo número de seguidores, *likes* e visualizações, os ativistas homossexuais “de direita” não demoraram a chamar a atenção dos meios de comunicação social. A análise do modo como este fenômeno passou a ser retratado pela mídia é particularmente interessante por vários motivos. Em primeiro lugar, porque os meios de comunicação constituem, por excelência, a esfera de representação política na qual se manifestam as vozes representativas das diferentes posições no debate público [Miguel & Biroli, 2009]. Trata-se de “uma esfera privilegiada de produção das formas de reconhecimento que constituem o capital simbólico e de confirmação ou refutação das hierarquias presentes na sociedade, especialmente no campo político” [Miguel & Biroli, 2009, p. 37]. Em segundo lugar, a cobertura midiática contribuiu para consolidar a *política de visibilidade* [Milan, 2015] gestada pelos ativistas nas redes sociais *online*, produzindo lideranças, amplificando determinadas vozes e moldando o confronto político. Em terceiro lugar, foi a partir dos holofotes da mídia que esses ativistas deixaram de ser vistos como meros integrantes de uma subcultura *online* e passaram a ser encarados como atores políticos propriamente ditos.

Com base em um levantamento realizado nos sites dos principais veículos de comunicação em atividade no país, verificou-se que o primeiro registro sobre o ativismo dos “jovens gays de direita” na imprensa brasileira data de 8 de junho de 2016, quando o site da BBC Brasil publicou a reportagem intitulada “O que

21. Esta categoria atualmente em desuso no contexto brasileiro foi criada em meados dos anos 1990 por setores do empresariado para designar o nascente mercado voltado para o público homossexual no Brasil. De acordo com João Silvério Trevisan [2000], tratou-se de uma maneira bem-sucedida de “introduzir num contexto brasileiro a ideia americana de *gay friendly*”. França [2007] observa que, ao incluir os chamados “simpatizantes”, esta designação também visa abarcar consumidores que não se identificam como homossexuais, mas que de alguma forma participam desse universo, expandindo as fronteiras do “gueto”.

pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys”.<sup>22</sup> Em tom de “novidade”, o artigo apresentava jovens ativistas gays e lésbicas insatisfeitos com a suposta predominância do “pensamento de esquerda” nos movimentos LGBTQI+. Entusiastas da candidatura do então deputado federal Jair Bolsonaro à Presidência da República, eles encontraram nas redes sociais *online* uma espécie de “espaço seguro” para expressar opiniões consideradas dissidentes nos meios LGBTQI+. Ao longo da reportagem, exibiam-se em fotos descontraídas ao lado de Bolsonaro. Um dos entrevistados questionava a validade dos movimentos LGBTQI+: “Lutas LGBT talvez algum dia serviram para alguma coisa, mas hoje não tem necessidade disso. Uma parada gay só tem promiscuidade”.

O reforço ao antagonismo entre Bolsonaro e Jean Wyllys explicitado no título da reportagem tinha razões contextuais. Poucas semanas antes da referida publicação, em abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados votou o *impeachment* de Dilma Rousseff, Wyllys cuspiu em Bolsonaro após ter sido insultado. O episódio foi parar na Comissão de Ética da Câmara e gerou grande repercussão na imprensa, contribuindo para reforçar a imagem de opositor (Bolsonaro) e defensor (Wyllys) exemplares da causa LGBTQI+, à qual ambos vinham sendo atrelados ao longo dos anos. Embora esta abordagem servisse sobretudo para alimentar a polarização política em voga no período, também teve como efeito o apagamento de uma diversidade de posições presentes em todos os lados do conflito. Não somente o emergente ativismo LGBTQI+ à direta não tinha consenso em torno do nome de Bolsonaro como também a própria esquerda e os movimentos LGBTQI+ divergiam em vários momentos das posições políticas do então deputado Jean Wyllys.

Outro aspecto importante da reportagem publicada pela BBC foi a introdução de figuras que se tornariam, nos anos seguintes, os principais interlocutores do ativismo “gay de direita” na imprensa. Dois exemplos emblemáticos são os ativistas Smith Hays e Karol Eller. Conhecidos pelo sucesso em plataformas como Facebook, Twitter e YouTube, os dois “influenciadores” passaram a fazer aparições regulares na imprensa nos anos seguintes, muitas vezes posando ao lado de Jair Bolsonaro.<sup>23</sup>

Entretanto, foi com a proximidade do ciclo eleitoral de 2018 que o tema voltou com força aos holofotes. Em junho de 2018, a *Revista Época*,<sup>24</sup> publicação semanal

22. “O que pensam os gays que apoiam Bolsonaro e rechaçam Jean Wyllys”, *BBC Brasil*, 8 de junho de 2016 (Acessado em 8 de junho de 2016). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36475717>

23. Em 2018, Hays concorreu ao cargo de deputado estadual à convite da família Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) de São Paulo, mas acabou não sendo eleito. Em 2019, Eller assumiu um cargo público na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), órgão subordinado ao governo federal, agora sob o comando de Jair Bolsonaro.

24. A *Revista Época* possui atualmente uma tiragem de cerca de 360 mil exemplares. Destes, pouco menos de 190 mil são destinados a assinantes, o restante sendo vendido de forma avulsa em ban-



da Editora Globo, uma das mais importantes do Brasil, dedicou uma reportagem de capa aos jovens ativistas homossexuais “de direita”.<sup>25</sup> O texto narrava a trajetória de cinco rapazes autodeclarados “de direita”, alguns já conhecidos do público, como o ativista Smith Hays e o vereador da cidade de São Paulo Fernando Holiday. Essa matéria revelou detalhes importantes sobre o perfil socioeconômico dos ativistas: rapazes de classe trabalhadora, nascidos ou criados em bairros periféricos, vinculados ao catolicismo e oriundos de famílias ligadas ao Exército. Embora o título “Gays de direita: o que pensam jovens homossexuais conservadores” desse a entender que os entrevistados eram todos associados ao conservadorismo, alguns declararam maior afinidade com setores do liberalismo político e econômico. A reportagem alcançou grande repercussão nas redes sociais *online*, gerando debates que iam do mais puro entusiasmo ao rechaço absoluto.

Em abril de 2019, foi a vez do jornal *Folha de São Paulo* dedicar algum espaço ao assunto. Na época, o recém-eleito deputado estadual de São Paulo Douglas Garcia (do PSL, Partido Social Liberal) causou controvérsia durante a discussão de um projeto que propunha “estabelecer o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no estado”.<sup>26</sup> Em resposta a uma intervenção contrária ao projeto, feita pela deputada transexual Érica Malunguinho (do PSOL), Garcia afirmou em plenário que, caso encontrasse uma pessoa transexual no banheiro frequentado por sua mãe ou irmã, “tiraria a pessoa dali a tapa”.<sup>27</sup>

Dois dias depois, Garcia foi “tirado do armário”, a pedido dele próprio, por sua colega de partido Janaina Paschoal, que subiu à tribuna da Assembleia Legislativa para tentar reverter a repercussão negativa do caso. A estratégia de tornar pública sua orientação sexual deu-se de modo “preventivo”: além da iminência de um processo na Comissão de Ética por quebra de decoro parlamentar, o deputado precisou enfrentar a pressão de rapazes com quem havia se relacionado, que condenavam suas falas discriminatórias e ameaçavam expô-lo na imprensa.<sup>28</sup> Instantaneamente, o foco do debate voltou-se para a orientação sexual de Garcia e a intersecção com os

---

cas de jornal e livrarias. Entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, a *Época* passou de 50 mil a 94 mil assinantes *on-line*, seguindo a tendência à digitalização observada atualmente nos demais veículos impressos. Fonte: Media Ownership Monitor (MOM). Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/media/detail/outlet/epoca/>>.

25. “Gays de direita: o que pensam os jovens homossexuais conservadores”, *Revista Época*, 18 de junho de 2018 (Acessado em 20 de junho de 2018). Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2018/06/gays-de-direita.html>.

26. O projeto de lei foi proposto pelo deputado Altair Moraes do Partido Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus.

27. “Alesp: deputado do PSL diz que tiraria ‘a tapa’ trans de banheiro feminino”, Política, *Portal UOL*, 3 de abril de 2019 (Acessado em 10 de abril de 2019). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/03/alesp-deputado-do-psl-diz-que-tiraria-a-tapa-trans-de-banheiro-feminino.htm>

28. Entrevista com o deputado Douglas Garcia realizada em São Paulo, em 26 de novembro de 2019.

outros marcadores sociais de diferença [Brah, 2006] que catapultaram sua carreira política. “Gay, negro e favelado. Pronto, sou o combo do vitimismo brasileiro”, declarou à *Folha de São Paulo*<sup>29</sup> poucos dias após o *coming out*, sem no entanto renunciar às posições discriminatórias que lhe renderam os holofotes.

Membro de uma organização política chamada Movimento Conservador (antigo Direita São Paulo), Garcia não era exatamente um personagem estreante nas páginas dos jornais. Seis meses antes, ele já havia sido destaque em uma reportagem da mesma *Folha de São Paulo* sobre o perfil jovem e periférico do eleitorado de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.<sup>30</sup> Poucas semanas após o episódio controverso que resultou em seu *coming out*, o deputado posou sorridente, de terno e gravata, nos corredores da Assembleia Legislativa para uma entrevista ao jornal *El País Brasil*.<sup>31</sup> “Na direita existem mais gays do que na esquerda”, afirmou o deputado, em trecho escolhido para dar título à reportagem. Ao ser questionado sobre o tema da violência contra a população negra e LGBTQI+ no Brasil, Garcia defendeu soluções típicas da agenda conservadora: “As armas podem ajudar os gays a combaterem a violência homofóbica. Não vejo outra opção melhor do que combater a violência, anulando-a em sua fonte”.

A cobertura midiática em torno do *coming out* do deputado Douglas Garcia marca uma espécie de *turning point* no modo como os ativistas homossexuais associados à direita passaram a ser representados na imprensa. Se de início eram apresentados como figuras excêntricas que apoiavam um político que sempre os insultou, uma “novidade”, parte de “um grupo que cresce na Internet” e que “desafia o senso comum”, a partir de então surgem representados por uma figura de autoridade, que posa como um personagem ilustre perfeitamente acomodado aos espaços de poder. O que antes parecia contraditório, agora ganha ares de projeto político: a direita que chegou ao poder embalada por suas posições antigênero também quer proteger a população LGBTQI+. Só que com armas. A declaração do deputado acerca da presença considerável de homossexuais no campo da direita, escolhida como título da entrevista para o *El País Brasil*, não podia ser mais ilustrativa desse novo momento: no Brasil de Bolsonaro, a direita quer abraçar a pauta moral ao mesmo tempo em que recusa o rótulo de preconceituosa. E para tanto conta com o apoio de setores cada vez mais expressivos da população LGBTQI+.

29. “Deputado do PSL revela ser gay após atrito com deputada trans na Assembleia de SP”, Poder, *Folha de São Paulo*, 5 de abril de 2018 (Acessado em 1º de maio de 2019). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/deputado-do-psl-revela-ser-gay-apos-atrito-com-deputada-trans-na-assembly-de-sp.shtml>

30. “Direita avança nas periferias a reboque do ‘conservadorismo da favela’”, Poder, *Folha de S. Paulo*, 2 de outubro de 2018 (Acessado em 2 de outubro de 2018). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/direita-avanca-nas-periferias-a-reboque-do-conservadorismo-da-favela.shtml>

31. “Douglas Garcia: Na direita existem mais gays do que na esquerda”, Política, *El País Brasil*, 18 de abril de 2019 (Acessado em 22 de maio de 2019). Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555345804\\_199159.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/politica/1555345804_199159.html)



## Conclusões

Este artigo buscou mapear o aparecimento de um ativismo homossexual à direita no Brasil, a partir de 2013, em duas arenas: nas redes sociais *online* e nos meios de comunicação social. Esse tipo de comentário genealógico foi feito à luz de uma análise do ambiente de oportunidades e restrições políticas, assinalando os elementos contextuais que favoreceram a emergência do fenômeno. O cenário político de degradação da imagem do Partido dos Trabalhadores permitiu que os setores à direita do governo operassem um processo de ressignificação de sua própria identidade política, desvinculando-a da postura “envergonhada” associada à memória do regime militar. Este processo encontrou ressonância entre indivíduos LGBTQI+ com inclinações à direita, que criaram páginas, canais e grupos de discussão nas redes sociais *online* com o objetivo de conferir uma expressão pública às suas preferências políticas. Paralelamente, engajaram-se em protestos, campanhas e organizações políticas de cariz conservador e liberal, alcançando considerável visibilidade nos meios de comunicação social. A imprensa interessou-se pela “novidade” representada por esses ativistas, elegendo aqueles que se tornariam seus interlocutores habituais e relegando outros a um segundo plano. Foi o caso dos ativistas liberais que, num contexto marcado pela ascensão política de Jair Bolsonaro, acabaram recebendo menor atenção dos meios de comunicação ou mesmo sendo confundidos com os conservadores. Parte dessa “confusão” tem a ver com deslocamentos dentro do próprio movimento liberal, que em sua maioria apoiou a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018.

Ao observar a emergência desse ativismo a partir das duas arenas, foi possível reconstruir o processo por meio do qual ele irrompeu na cena pública, além de identificar alguns de seus traços distintivos. Dois deles merecem destaque. Primeiramente, a ideia de que os movimentos LGBTQI+ não representam ou se tornaram incapazes de representar politicamente as pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexuais e outros. Esta concepção abre uma disputa em torno das identidades políticas LGBTQI+, opondo ativistas “moderados”, que não pretendem confrontar nem o capitalismo nem o *status quo*, a um movimento LGBTQI+ sistematicamente acusado de “radical esquerdista”, “vitimista” e “inimigo da família”. Em segundo lugar, destaca-se a linguagem provocativa característica dos movimentos à direita que emergiram neste período. Por meio da estética *kitsch* ancorada no meme político de humor corrosivo [Santos & Chagas, 2018] reforça-se o pertencimento aos círculos “de direita”, afastando os ativistas do universo simbólico “do meio” LGBTQI+, ainda que eventualmente sejam agenciados símbolos do movimento como a “bandeira arco-íris”.

Dois estilos de ativismo despontam deste processo. Um primeiro de cariz conservador e com discurso nacionalista, inclinado à discussão de pautas morais, anticorrupção e pró-armamento, e outro de feição liberal, inclinado à defesa

das liberdades individuais, do Estado mínimo e do livre mercado. Este último reivindica uma posição de neutralidade na tentativa de escapar do binômio direita/esquerda, ainda que muitos de seus membros estejam ligados a movimentos, partidos e organizações com tradição no campo político da direita. Em que pesem as diferenças, esses dois estilos de ativismo também possuem afinidades. Eles se aproximam no que diz respeito à defesa do capitalismo, ao anticomunismo e à simpatia por diferentes aspectos dos chamados discursos antigênero.

Embora tenham sido inicialmente resistentes à criação de grupos específicos de ativismo fora das redes sociais *online*,<sup>32</sup> este cenário tem mudado. Em 2020, o “MBL - Movimento Brasil Livre” anunciou a fundação de sua “versão” LGBTQI+, o “MBLGBT”, criado para discutir soluções para a população LGBTQI+ a partir do ideário liberal.<sup>33</sup> A iniciativa surgiu no mesmo momento em que membros da página “Boteco Liberal LGBT” (atualmente “Boteco Liberal”) começaram a organizar os seus primeiros encontros *offline*. No mesmo ano, o grupo “Gays com Bolsonaro”, criado a partir de uma página no Instagram, assumiu um estatuto mais formal, saindo às ruas com camisas customizadas (com um “B” de Bolsonaro e as cores do arco-íris) e participando de uma reunião em Brasília com a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves. O encontro teria tido como objetivo discutir iniciativas do governo Bolsonaro para a população LGBTQI+.<sup>34</sup>

O fato dos ativistas encontrarem acolhimento no campo político da direita e no próprio governo traz elementos importantes para reflexão do ponto de vista teórico. Indo de encontro à ideia de que as direitas constituem uma oposição impermeável às questões de gênero e sexualidade, esses ativistas reelaboram demandas e debates históricos do movimento LGBTQI+ a partir de um prisma liberal e conservador. A proposta do porte de armas como solução para o problema da violência motivada por orientação sexual e identidade de gênero, levantada pelo deputado Douglas Garcia, sugere que estes setores não pretendem apenas minar a credibilidade dos movimentos LGBTQI+ – construindo uma espécie de oposição “a partir de dentro” – mas também disputar uma agenda política.

Os líderes da direita reconhecem a importância desta estratégia e buscam validá-la com gestos simbólicos. Em 2019, a deputada federal Carla Zambelli (do PSL), conhecida aliada de Jair Bolsonaro, apresentou um projeto de lei para batizar o Anexo II da Câmara dos Deputados como “Plenário Deputado Clodovil

32. Os conservadores, por exemplo, costumam dizer que não fazem da sexualidade uma bandeira política, apesar de se identificarem publicamente a partir da categoria “gay”.

33. “MBL cria movimento para reunir pessoas LGBTQIA+ que não sejam de esquerda ou bolsonarista”, Painei, *Folha de S. Paulo*, 10 de maio de 2020 (Acessado em 10 de maio de 2020). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painei/2020/05/mbL-cria-movimento-para-reunir-pessoas-lgbtqia-que-nao-sejam-de-esquerda-ou-bolsonaristas.shtml>

34. Informação fornecida por ativistas do grupo “Gays com Bolsonaro” por meio de entrevistas realizadas em dezembro de 2020.



Hernandes".<sup>35</sup> Na ocasião, declarou: "O Clodovil foi uma grande figura no Brasil. Não só pelo seu trabalho como estilista [...] mesmo sendo homossexual, ele promovia a família. Ele conseguia viver a vida e a intimidade dele conforme ele quisesse, mas respeitando a família, respeitando a religião e o pensamento das outras pessoas".<sup>36</sup>

## Agradecimentos

Agradeço os comentários críticos dos dois pareceristas anônimos que permitiram o aprimoramento da primeira versão deste texto. Também agradeço os comentários, críticas e sugestões de José Alberto Simões, David Paternotte, Gustavo Gomes da Costa Santos e demais colegas do Atelier(s) Genre(s) et Sexualité(s) da Université Libre de Bruxelles, Patrícia Jimenez Rezende, Joana Vidal, Ben Vanpeperstraete, Joachim Bourquardez, Sal Harris e João Filipe Cruz.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO Angela, 2016, "A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer", *Novos estudos*, vol. especial, p. 49-58.
- ALONSO Angela & MISCHÉ Ann, 2016, "Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests", *Bulletin of Latin American Research*, vol. 36, nº 2, p. 139-280.
- BARBOSA E SILVA José Fábio, 1958, "Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário". Monografia de especialização em filosofia, São Paulo, Universidade de São Paulo, Mimeo.
- BRAH Avtar, 2006, "Diferença, diversidade, diferenciação", *Cadernos Pagu*, nº 26, p. 329-376.
- BURRIS Val, SMITH Emery & STRAHM Ann, 2000, "White supremacist networks on the internet", *Sociological Focus*, vol. 33, nº 2, p. 215-235.
- CAIANI Manuela & PARENTI Linda, 2009, "The dark side of the Web: Italian right-wing extremist groups and the Internet", *South European Society and Politics*, vol. 14, nº 3, p. 273-294.
- CAIANI Manuela & PARENTI Linda, 2011, "The Spanish extreme right and the Internet", *Análise Social*, vol. 46, nº 201, p. 719-740.
- CHOUINARD Michael S., 2015, "He Leans to the Right: The Personal and Political Identities of Gay Republicans", Tese de doutorado em Filosofia, Tallahassee, Florida State University
- CIMINO Kenneth W., 2007, *Gay Conservatives: Group Consciousness and Assimilation*, Voorkant, Routledge.
- CRUZ Rodrigo, 2015, "Do protesto às urnas: o movimento homossexual na transição política (1978-1982)", Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, Universidade Federal de São Paulo.

35. O Projeto de Resolução nº 122/2019 está disponível para consulta em: <https://www.camara.leg.br/>

36. "O inesquecível Clodovil, o primeiro deputado federal declaradamente gay do Brasil", tele reportagem disponível no canal do *Jornal da Cidade Online*, site destinado ao público "patriota, conservador e liberal". Novembro de 2019 (Acessado em 1º de dezembro de 2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HnzSovI1IAc&t=30s>

- CRUZ João Filipe, 2020, "A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista", Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- DANILIAUSKAS Marcelo, 2017, "Grupos organizados de jovens LGBT em São Paulo e Paris: contexto de emergência, práticas e visões de política", *Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis [acessado em: 10 de junho de 2020]. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518174375\\_ARQUIVO\\_ArtigoFazendoGenero-LGBT\\_MarceloDaniliauskas.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518174375_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-LGBT_MarceloDaniliauskas.pdf)
- DUGGAN Lisa, 2002, "The new homonormativity: The sexual politics of neoliberalism", em Russ CASTRONOVO & Dana D. NELSON (ed.), *Materializing democracy: Towards a revitalized cultural politics*, Durham e Londres, Duke University Press, p. 175-194.
- DURAND Mickaël, 2018, "Une mobilisation 'contre-nature' ? Le cas d'homosexuels opposés au mariage pour tous en France", *Genre, sexualité & société* [en ligne], vol. 18, <https://doi.org/10.4000/gss.4069>
- FACCHINI Regina & RODRIGUES Julian, 2017, "Que onda é essa?: 'guerras culturais' e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo", em Frederico VIANA MACHADO, Fabiano BARNART & Renan de MATTOS (org.), *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas*, Porto Alegre, Rede Unida/Nuances, p. 35-60.
- FASANELLA Giovanni & GRIPPO Antonella, 2009, *L'orda nera*, Milão, Rizzoli.
- FRANÇA Isadora Lins, 2007, "Sobre 'guetos' e 'rótulos': tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo", *Cadernos Pagu*, nº 28, p. 227-255.
- HINE Christine, 2015, *Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday*, Londres, Bloomsbury.
- IRINEU Bruna Andrade, 2014, "Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil", *Em Pauta*, nº 34, p. 155-178.
- MADEIRA Rafael & TAROUCA Gabriela da Silva, 2010, "A 'direita envergonhada' no Brasil: como partidos reinterpretam seus vínculos com o regime militar?", *V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política*, Buenos Aires [acessado em: 18 de novembro de 2020]. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-036/804.pdf>
- MAZZILLI PEREIRA Matheus, 2018, "Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)", Tese de Doutorado em Sociologia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MIGUEL Luis Felipe & BIROLI Flávia, 2009, "Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa", *Opinião Pública*, vol. 15, nº 1, p. 55-81.
- MILAN Stefania, 2015, "When algorithms shape collective action: Social media and the dynamics of cloud protesting", *Social Media + Society*, vol. 1, nº 2, p. 1-10.
- PATERNOTTE David & KUJAR Roman, 2018, *Campaigns anti-genre en Europe. Des mobilisations contre l'égalité*, Lyon, Presses universitaires de Lyon.
- PUAR Jasbir, 2012, *Homonationalisme. La politique queer après le 11 septembre*, Paris, Éditions Amsterdam.
- QUINALHA Renan, 2017, "Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985)", Tese de doutorado em Relações Internacionais, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ROCHA Camila, 2019, "'Imposto é Roubo!' A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff", *Dados*, vol. 62, nº 3, p. 1-42.
- ROCHA Camila & MEDEIROS Jonas, 2020, "'Vão todos tomar no...': a política de choque e a esfera pública", *Horizontes ao Sul*, 27 de abril de 2020 [acessado em 25 de novembro de 2020]. Disponível



- em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>
- ROGERS Mary F. & LOTT Phillip B., 1997, "Backlash, the matrix of domination, and log cabin republicans", *The Sociological Quarterly*, vol. 38, nº 3, p. 497-512.
  - SANTOS Gustavo Gomes da C., 2016, "Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil", *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, vol. 6, p. 179-212.
  - SANTOS Gustavo Gomes da C. & MELO Bruno, 2018, "The opposition to LGBT rights in the Brazilian national congress (1986-2018): actors, dynamics of action and recent developments", *Revista da Soc. Brasileira de Sociologia*, vol. 4, nº 1, p. 80-108.
  - SANTOS João Guilherme & CHAGAS Viktor, 2018, "Direita transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal no MBL", *Matrizes*, vol. 12, nº 3, p. 189-214.
  - SILVA Marcelo Kunrath, 2018, "A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?", *Lusotopie*, vol. 17, p. 88-111.
  - SIMÕES José Alberto & CAMPOS Ricardo, 2016, "Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise", *Comunicação, Mídia e Consumo*, vol. 13, nº 38, p. 130-150.
  - SINGER André, 2013, "Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas", *Novos estudos*, vol. 97, p. 23-40.
  - TARROW Sidney, 2009, *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis, Vozes.
  - TATAGIBA Luciana, 2018, "Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff", *Lusotopie*, vol. 17, nº 1, p. 112-135.
  - TREVISAN João Silvério, 2000, *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, Rio de Janeiro, Record.
  - WIELOWIEJSKI Patrick, 2020, "Identitarian gays and threatening queers, or: How the far-right constructs new chains of equivalence", em Gabriele DIETZE & Julia ROTH (org.), *Right-Wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond*, Bielefeld, Verlag.
  - WINTERS Matthew S. & WEITZ-SHAPIRO Rebecca, 2014, "Partisan Protesters and Nonpartisan Protests in Brazil", *Journal of Politics in Latin America*, vol. 6, nº 1, p. 137-150.

## RESUMO

"SOU GAY E O MOVIMENTO LGBTQI+ NÃO ME REPRESENTA": MAPEANDO A EMERGÊNCIA DE UM ATIVISMO GAY À DIREITA NO BRASIL

O artigo busca mapear a emergência de um ativismo gay à direita no Brasil nos últimos anos, particularmente a partir de 2013, quando se multiplicaram nas redes sociais iniciativas de ativismo *online* baseadas em uma identidade gay orgulhosamente de direita. Em um primeiro momento, busca-se analisar as variáveis do ambiente político que favoreceram esse tipo de engajamento. Em seguida, a emergência deste "ator coletivo" é reconstituída em duas arenas (redes sociais *online* e meios de comunicação social), a partir de uma triangulação de dados empíricos (etnografia virtual, pesquisa documental na imprensa e entrevistas com ativistas). Ao final, são analisados os diferentes estilos de ativismo que parecem emergir deste processo, bem como alguns dos desafios que este fenômeno representa para a continuidade da luta pelos direitos LGBTQI+ no Brasil.

---

## RÉSUMÉ

« JE SUIS GAY ET LE MOUVEMENT LGBTQI+ NE ME REPRÉSENTE PAS » : UNE CARTOGRAPHIE DE L'ÉMERGENCE D'UN ACTIVISME GAY DE DROITE AU BRÉSIL

L'article vise à cartographier l'émergence d'un activisme gay de droite au Brésil ces dernières années, notamment à partir de 2013 lorsque les initiatives d'activisme en ligne basées sur une identité gay de droite revendiquée se sont multipliées sur les réseaux sociaux. Dans un premier temps, il cherche à analyser les variables de l'environnement politique qui ont favorisé ce type d'engagement. Ensuite, l'émergence de cet acteur collectif se reconstitue en deux arènes (réseaux sociaux et médias) à partir d'une triangulation de données empiriques (ethnographie virtuelle, recherche documentaire dans la presse et entretiens avec des militants). Enfin, les différents styles d'activisme qui semblent émerger de ce processus sont analysés, ainsi que certains des défis que cela représente pour la poursuite de la lutte pour les droits des LGBTQI+ au Brésil.

---

## ABSTRACT

"I AM GAY, AND THE LGBTQI+ MOVEMENT DOES NOT REPRESENT ME": MAPPING THE EMERGENCE OF RIGHT-WING GAY ACTIVISM IN BRAZIL

The article seeks to map the emergence of right-wing gay activism in Brazil in recent years, particularly since 2013, when online activism initiatives based on a proudly right-wing gay identity started to multiply on social media. Initially it seeks to analyze the variables of the political environment that favored this type of engagement. Then the emergence of this collective actor is reconstituted in two arenas (online social media and the press) using data triangulation (virtual ethnography, documentary press research and interviews with activists). Finally the different styles of activism that seem to emerge from this process are analyzed, as well as some of the challenges that the phenomenon represents for the future of the struggle for LGBTQI+ rights in Brazil.

*Texte reçu le 18 janvier 2021, accepté le 6 octobre 2021*

## PALAVRAS-CHAVE

- LGBTQI+
- Brasil
- ativismo gay de direita
- ativismo conservador
- ativismo liberal

## MOTS-CLÉS

- LGBTQI+
- Brésil
- activisme gay de droite
- activisme conservateur
- activisme libéral

## KEYWORDS

- LGBTQI+
- Brazil
- right-wing gay activism
- conservative activism
- liberal activism